

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.909 - MT (2018/0277942-1)**

AGRAVANTE : ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A  
ADVOGADO : MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA - SP299951  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### **DECISÃO**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO ajuizou ação civil pública contra a CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A, objetivando tutela jurisdicional no sentido da condenação da concessionária ré à obrigação de fazer consistente em tomar providências técnicas necessárias ao fornecimento de energia elétrica, na Comarca de Novo São Joaquim/MT, de forma eficaz e ininterrupta, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

O Tribunal de Justiça Estadual negou provimento ao recurso de apelação da CEMAT, mantendo incólume a decisão monocrática de procedência da ação (fls. 181-189), nos termos da seguinte ementa (fl. 265):

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - CONDENAÇÃO NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR O SERVIÇO DE FORMA EFICAZ - INQUÉRITO CIVIL COM DADOS QUE COMPROVAM A FREQUENTE INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO EM NOVO SÃO JOAQUIM - DADOS DA ANEEL - INTERRUPÇÕES ACIMA DO LIMITE - DEVER DE PRESTAR ADEQUADAMENTE O SERVIÇO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE RESOLUÇÃO DO PROBLEMA NO DECORRER DA LIDE - MULTAFDCADA - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO DESPROVIDO.

O art. 6º da Lei nº 8987/95 (Lei das Concessões) estabelece que toda a concessão ou permissão pressupõe a prestação do serviço adequado.

Conforme o §1º do art 6º da referida Lei, adequado é o serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência.

Restou demonstrado nos autos o não atendimento à regularidade e continuidade do serviço de fornecimento de energia elétrica, com interrupções acima do estabelecido pela agência reguladora.

Dever de melhorar o fornecimento, prestando-o de forma eficaz.

O valor da multa somente comporta revisão caso fixado sem observância aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, o que não se verifica no caso em tela.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 305-309).

ENERGISA Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. interpôs

# Superior Tribunal de Justiça

recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, no qual aponta violação dos arts. 2º e 3º da Lei n. 9.427/1996 c/c art. 29 da Lei n. 8.987/1995, visto que, em suma, não compete ao Ministério Público pretender impor ao concessionário de serviço público a obrigação de investimentos e obras inerentes à concessão, visto que o serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela ENERGISA é fiscalizado constantemente pela UNIÃO, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Aponta violação dos arts. 9º e 10, da Lei n. 8.987/1995, porquanto, em síntese, não seria possível que ela realizasse, de imediato, novos investimentos sem a indispensável previsão orçamentária e cobertura tarifária respectivas, sob pena da inevitável majoração de tarifa extraordinária cominada aos consumidores para fazer frente aos investimentos.

Indica violação dos arts. 6º, §1º da Lei n. 8.987/1994, sob a alegação de que a decisão recorrida, ao manter a condenação em realizar obras e aprimorar ativos de energia elétrica, onde tal medida não é necessária, implica em impor custos ilegítimos à recorrente, alcançando os demais usuários, mormente por conta das vultuosas intervenções já realizadas e recentemente concluídas pela ENERGISA.

Aduz violação dos arts. 6º, §3º, da Lei n. 8.987/1994, ao fato de o *decisum* recorrido desconsiderar a ilegitimidade do pleito de fornecimento de energia elétrica de modo ininterrupto, pois, ainda que ocorram eventuais interrupções, esses imprevistos não decorrem de omissão por parte da ENERGISA em fiscalizar e manter sua rede de distribuição conforme os padrões exigidos pela legislação do setor.

Reforça, ainda, que o serviço de energia elétrica não deve e não pode ser prestado continuamente durante vinte e quatro horas por dia, notadamente por haver circunstâncias em que se exige interrupção no fornecimento, como seria o caso da necessidade de ajustes, manutenção e conservação da rede, além de situações emergenciais e fora do controle da concessionária recorrente.

Ofertadas contrarrazões às fls. 414-426, o recurso especial teve o seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 431-435), tendo sido interposto o presente agravo.

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso especial (fls. 466-469).

É o relatório. Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Em relação à alegação de violação dos arts. 6º, §§ 1º e 3º, 9º, 10 e 29 da Lei nº 8.987/95, e dos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427/96, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 269-271):

[...]

Importante consignar que conforme a ata lavrada desta reunião, o representante da apelante informou diversas ações que foram tomadas pela empresa e declarou que quedas de rápida duração, por terem um curto espaço de tempo, não consta do relatório de quedas, pois o sistema não as registra (fls. 40).

Em fevereiro de 2013 foram realizadas diligências pelo Ministério Público e dez munícipes, devidamente identificados, foram questionados se houve melhoria e todos informaram que não houve melhora e ainda que aparelhos danificados não são indenizados por falta de laudo técnico. (fls. 48) É inerente à concessão do serviço a prestação adequada do serviço, pois consta do art. 6º da Lei nº 8.987/95 (Lei das Concessões), que toda a concessão ou permissão pressupõe a prestação do serviço adequado e do seu §1º a conceituação de que adequado é o serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência.

[...]

Sobre a eficiência, continuidade e adequação dos serviços pelas concessionárias também o Código de Defesa do Consumidor estabelece a obrigação, no art. 22.

A energia elétrica é medida pela ANEEL com base em indicadores específicos, denominados de DEC e FEC, dentre outros. O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período, geralmente mensal. Por sua vez, o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora (residência, comércio, indústria etc).

Referidos indicadores fornecidos pela ANEEL às fls. 164/166, revelam que o serviço prestado em Novo São Joaquim está em desacordo com os limites regulamentares.

Não bastassem os indicadores técnicos, a principal demonstração da falha na prestação do serviço está na insatisfação da população local, fartamente demonstrada no inquérito civil.

Aliás, na sentença o douto juízo consignou que é de conhecimento notório no Município de São Joaquim que o fornecimento de energia elétrica prestado pela apelante falha habitualmente, com sérios prejuízos para a população, restaurantes, supermercados, panificadoras, açougues, citando inclusive que que o próprio fórum tem que suspender audiências por interrupção de energia elétrica.

Conforme já constei, o próprio representante da apelante declarou em reunião que interrupções de curta duração sequer são registradas no sistema e, portanto, não constam dos índices.

E qualquer consumidor sabe que frequentes interrupções, mesmo curtas e fora das estatísticas, portanto, diminui a vida útil de aparelhos

# Superior Tribunal de Justiça

elétricos quando não os queima.

Desta forma, o que restou comprovado nos autos não é o que alega a apelante em seu recurso, de que está sendo obrigada a realizar obras e aprimorar ativos de energia elétrica onde não é necessário.

Aliás, as supostas vultosas intervenções realizadas não foram demonstradas.

O fato de ter sido transferido seu controle acionário para a ENERGISA e que esta se comprometeu a cumprir o plano de recuperação judicial da empresa e capitalizá-la, não leva à impossibilidade de ser condenada na obrigação de fazer de prestar adequadamente o serviço.

A apelante não juntou qualquer dado técnico de que não há interrupção no fornecimento de energia elétrica no município acima do limite estabelecido pela agência reguladora, enquanto o apelado e a própria agência reguladora forneceram dados técnicos que comprovam as alegações da inicial.

Ressalto que nenhum pedido existe nos autos, nenhuma medida foi determinada na sentença apelada relativa ao valor da tarifa cobrada pelo serviço.

Logo, são descabidas as alegações pertinentes a este tema do recurso, assim como não se vislumbra risco ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, pois não há interferência na sentença, no valor da tarifa ou na forma cobrada.

Além disso, não trouxe a apelante qualquer elemento aos autos que possa evidenciar que para melhorar o fornecimento do serviço na cidade, em relação às frequentes interrupções, vai causar desequilíbrio contratual.

A alegação recursal de que não incumbe ao Ministério Público impor a realização de investimentos e obras inerentes à concessão é descabida, haja vista que o Ministério Público neste caso concreto, busca obter a tutela dos direitos dos consumidores do serviço de energia elétrica e não veiculou pretensão de obter tutela para a realização deste ou daquele investimento, desta ou daquela obra, a tutela pleiteada é a qualidade dos serviços prestados.

A alegação de que as intervenções pretendidas pelo apelado nesta ação não estão orçadas para este ano calendário e não estão remuneradas pelas tarifas vigentes é mera alegação, sem qualquer comprovação, mesmo porque não existe pretensão de intervenção específica, conforme já fiz constar, a pretensão é de fornecimento adequado do serviço.

[...]

Do reexame do acórdão recorrido, especificamente os excertos dele reproduzidos, em confronto com as razões do recurso especial, revela que os fundamentos apresentados naquele julgado, notadamente de que a concessionária recorrente não apresentou nenhum dado técnico de que não há interrupção no fornecimento de energia elétrica no Município Novo São Joaquim/MT acima do limite estabelecido pela agência reguladora, da ausência de comprovação de que as intervenções pretendidas pelo recorrido causaria desequilíbrio contratual e de que não estariam orçadas para este ano calendário ou já remuneradas pelas tarifas vigentes, bem assim que as alegadas vultosas intervenções realizadas não foram demonstradas, utilizados de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foram rebatidos no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

# Superior Tribunal de Justiça

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ademais, mesmo que superadas os óbices sumulares 283/STF e 284/STF, para se concluir de forma diversa do aresto vergastado, de que não se vislumbra risco ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, porquanto o *decisum* recorrido não interfere no valor da tarifa ou na forma cobrada, demandaria o revolvimento do mesmo acervo fático-probatório já analisado, procedimento impossível pela via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.

A esse respeito, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. QUEBRA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7 DO STJ. ALEGAÇÃO DE PREJUÍZOS DECORRENTES DE DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA. INOVAÇÃO RECURSAL, EM AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 30/11/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra *decisum* publicado na vigência do CPC/73.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente o pedido, em ação na qual a parte agravante postula a condenação do Município de Itaú de Minas ao pagamento de diferenças devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contrato de execução de obras de infraestrutura.

III. O Tribunal a quo, com base no acervo probatório dos autos, concluiu que "nos eventos excepcionais e imprevisíveis que subvertem a equação econômico-financeira do pacto, não se insere a tempestade ocorrida no período de setembro a março, já que meses tipicamente chuvosos. Não se trata, portanto, de tempestade anormal a caracterizar o caso fortuito. Ademais, a anormalidade da precipitação não foi comprovada nos autos através de uma necessária perícia meteorológica e de estudos climáticos, que comparassem as precipitações de anos anteriores, ônus que competia, à autora (...) Tais elementos, portanto, não têm força bastante para determinar que o atraso da obra teria sido em razão da falta do preparo das frentes de trabalho pela contratante, se é que essa ocorreu. Até mesmo porque, não há notícias da responsabilidade da Municipalidade-contratante no termo contratual e sequer no edital. Nem

# *Superior Tribunal de Justiça*

poderia ser, porquanto, assinado o contrato em 09 de setembro de 1998, com início das obras para 10 de setembro de 1998, não havia falar em seu condicionamento às frentes de trabalhos. É relevantíssimo considerar na hipótese ora focalizada que todo relacionamento jurídico com a Administração Pública deve ser perfeitamente formalizado, observado rigorosamente o Princípio da Estrita Legalidade. Isso se faz para a defesa do patrimônio público".

IV. Nesse contexto, nos termos em que a causa fora decidida, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, no tocante à ausência de comprovação de desequilíbrio econômico-financeiro, importa em rediscussão da matéria fática, procedimento vedado pela Súmula 7/STJ.

V. A alegação da agravante, no sentido de que teria direito à pretendida recomposição financeira, em virtude do aumento dos insumos, decorrente "da maxidesvalorização do real ocorrida em 1999", somente foi suscitada no presente Agravo interno, em indevida inovação recursal, o que impede o exame da matéria.

VI. Agravo interno improvido. AgInt no REsp 1234080 / MG, Relator Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 08/05/2018, DJe 15/05/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPAL DE PASSAGEIROS. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CONTRATO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. RUPTURA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A simples transcrição de artigos de lei, desprovida de fundamentação que demonstre a maneira como foram violados pelo Tribunal de origem, manifesta deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

3. Esbarra no óbice estampado na Súmula 7 do STJ dissentir da Corte de origem no tocante à constatação de que ocorreu ruptura do equilíbrio econômico-financeiro de contrato de prestação de serviço de transporte de passageiros quando a Administração, via resolução, passou a cobrar das permissionárias os custos pela instalação de equipamentos de monitoração dos veículos em tempo real.

4. Agravo interno desprovido. AgInt no AREsp 1058357 / SP, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento em 03/04/2018, DJe 09/05/2018).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. TEORIA DA IMPREVISÃO E TEORIA DA ONEROSIDADE EXCESSIVA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Esta Corte Superior sufragou o entendimento de que a intervenção do Poder Judiciário nos contratos, à luz da teoria da imprevisão ou da teoria da onerosidade excessiva, exige a demonstração de mudanças supervenientes nas circunstâncias iniciais vigentes à época da realização do negócio, oriundas de evento imprevisível (teoria da imprevisão) ou de evento imprevisível e

# *Superior Tribunal de Justiça*

extraordinário (teoria da onerosidade excessiva).

2. Na hipótese vertente, o Tribunal a quo ressaltou, explicitamente, que não pode ser reconhecida a imprevisão na hipótese vertente, em virtude de o recorrente ter pleno conhecimento do cenário da economia nacional, tendo, inclusive, subscrito diversos aditivos contratuais após os momentos de crise financeira, razão pela qual não seria possível propugnar pelo imprevisto desequilíbrio econômico-financeiro.

3. Nesse diapasão, o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de reconhecer eventual onerosidade excessiva ou imprevisão, com o consequente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1316595/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/03/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator